

Vale S.A.

**Informações Contábeis
Intermediárias "Carve-Out"
Estrada de Ferro Vitória a Minas
31 de março de 2016**



**Informações Contábeis
Intermediárias “Carve-Out”
Estrada de Ferro Vitória a Minas
31 de março de 2016**

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Informações Contábeis Intermediárias “carve-out”	3
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	6
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias “carve-out”	7



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone 55 (21) 3515-9400, Fax 55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais “Carve-out”

Aos administradores da
Vale S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

1. Revisamos as informações contábeis intermediárias “Carve-out” da Estrada de Ferro Vitória a Minas (“Ferrovia”) da Vale S.A. (“Companhia”) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e a demonstração do resultado para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.
2. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias “carve-out” de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa nº 2. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias “Carve-out” com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias “Carve-out”

4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias “Carve-out” incluídas nas informações intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa nº 2.

Ênfase

Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis “carve-out”

5. Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias “Carve-out” que descreve os critérios utilizados para rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. Esta também destaca que as informações contábeis intermediárias “Carve-out” foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir com os requisitos descritos no parágrafo “Restrição sobre uso e distribuição”. Conseqüentemente, essas informações contábeis intermediárias “Carve-out” podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Ferrovia como uma entidade jurídica. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Restrição sobre uso e distribuição

6. Estas informações contábeis intermediárias “Carve-out” foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do “Termo de Compromisso” e seu respectivo termo aditivo firmado entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia. Conseqüentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação dos administradores da Vale S.A. e da ANTT e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não a Vale S.A. e a ANTT.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Estrada de Ferro Vitória a Minas
Balço Patrimonial

Em milhares
de reais

	Notas	31 de março de 2016 (não auditado)	31 de dezembro de 2015
Ativo			
Circulante			
Partes relacionadas	15	369.900	94.870
Almoxarifado	2(d)	116.436	163.665
Outros		17.615	19.148
		503.951	277.683
Não circulante			
Partes relacionadas	15	4.347.425	4.229.394
Depósitos judiciais	7	689.686	612.929
		5.037.111	4.842.323
Intangível	4	2.412.273	2.329.678
Imobilizado	5	2.898.451	3.031.597
		5.310.724	5.361.275
Total do ativo		10.851.786	10.481.281
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e empreiteiros	2 (h)	364.587	472.992
Obrigações sociais e tributárias	6	1.041.529	995.749
Partes relacionadas	15	255.536	17.456
Dividendos a pagar		367.194	367.194
Outros		4.134	3.793
		2.032.980	1.857.184
Não circulante			
Provisões para processos judiciais	7	833.508	859.773
Provisão para RFFSA	8	2.178.429	2.073.899
		3.011.937	2.933.672
Total do passivo		5.044.917	4.790.856
Patrimônio líquido			
Contribuição de capital	10	4.511.543	4.511.543
Resultados acumulados		1.295.326	1.178.882
Total do patrimônio líquido		5.806.869	5.690.425
Total do passivo e patrimônio líquido		10.851.786	10.481.281

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias “carve-out”.

Estrada de Ferro Vitoria a Minas
Demonstração do Resultado do período de três meses findo em

Em milhares de reais

		31 de março de 2016	31 de março de 2015
	Notas	(não auditado)	(não auditado)
Receita de serviços, líquida	11	516.341	727.337
Custos dos serviços prestados	12 (a)	(398.052)	(452.971)
Lucro bruto		118.289	274.366
Despesas operacionais			
Com vendas e administrativas	12(b)	(4.383)	(7.275)
Outras despesas operacionais, líquidas	12 (c)	14.055	22.520
		9.672	15.245
Lucro operacional		127.961	289.611
Resultado financeiro	13	48.469	(8.649)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		176.430	280.962
Tributos sobre o lucro			
	9 (b)		
Imposto de renda		(44.107)	(70.241)
Contribuição social		(15.879)	(25.286)
		(59.986)	(95.527)
Lucro líquido do período		116.444	185.435

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias “carve-out”.

Estrada de Ferro Vitória a Minas

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias “carve-out”

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Vitória a Minas (a "Ferrovia" ou "EFVM") compreende uma ferrovia de 906 quilômetros, que interliga as minas de Itabira no Estado de Minas Gerais ao porto de Tubarão em Vitória - Espírito Santo, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. ("Vale" ou a "Companhia"), por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como aço, carvão, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

De janeiro a março de 2016, a Ferrovia transportou 20.532 mil TU toneladas de produtos (26.861 mil TU em 2015) e 267 mil passageiros (231 mil em 2015).

2. Sumário das principais práticas contábeis

a) Base de apresentação e preparação

Estas demonstrações contábeis intermediárias “carve-out” representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Vitória a Minas e foram preparadas com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladoria da Vale.

Esses registros contábeis foram preparados considerando o custo histórico como base de valor e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e combinados com critérios estabelecidos no Termo de Compromisso celebrado em 13 de novembro de 2006 e respectivo termo aditivo datado de 10 de junho de 2008 com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia; adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 26 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 21 de dezembro de 2007 e nº3847, publicada em 26 de junho de 2013.

Estas demonstrações contábeis intermediárias “carve-out” contemplam somente balanço patrimonial e demonstração do resultado conforme requerido pelo “Termo de Compromisso” mencionado acima.

As principais práticas contábeis e critérios utilizados na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias “carve-out” são como segue:

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias “carve-out” da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Real (“R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa ou receita financeira.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A Ferrovia classifica seus ativos e passivos como circulantes quando espera realizar os ativos e liquidar os passivos em até doze meses após a data do relatório. Outros ativos e passivos são classificados como não circulantes.

d) Almoxarifado

O almoxarifado é composto de materiais de consumo e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e, quando aplicável, uma estimativa de perdas com materiais obsoletos ou de baixa movimentação é reconhecida. Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não há provisões para ajuste a valor de realização.

e) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia possui concessão para explorar bens de ferrovias por um período de tempo determinado de 12 anos até o ano de 2017. Estes bens são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelo período menor entre a vida útil do bem e a data de encerramento do contrato e retorno dos bens ao poder concedente.

f) Imobilizado

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. A exceção são os terrenos que não são depreciados. A depreciação dos ativos da Ferrovia estão representadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	15 anos a 50 anos
Instalações	8 anos a 50 anos
Equipamentos	3 anos a 33 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12,5 anos a 25 anos
Vagões	33 anos a 44 anos
Equipamentos ferroviários	5 anos a 50 anos
Outros	2 anos a 50 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada exercício social.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

g) Redução de valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Ferrovia avalia, a cada divulgação, se existem evidências objetivas de que o valor contábil de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos não financeiros de longa duração, devem ser reduzidos ao valor recuperável.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é efetuada uma análise comparativa entre o valor contábil e os fluxos de caixa esperados para o ativo, e quando há algum indicador de que o valor não seja recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*.

Para os ativos não financeiros de longa duração (como, intangíveis ou imobilizados), quando há indicação de redução ao valor recuperável, diretamente atribuída a um ativo, é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado o teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado de forma sistemática a cada ativo da unidade geradora de caixa. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

A Ferrovia determina seus fluxos de caixas com base nos orçamentos aprovados considerando: custos e investimentos baseados na melhor estimativa e em desempenhos passados e preços de venda consistentes com as projeções utilizadas nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando disponível e apropriado. Os fluxos de caixa utilizados são projetados com base na vida útil de cada unidade e considerando taxas de desconto que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa, dependendo de sua composição e localização.

Em 31 de Março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não há registro de *impairment* de ativos nas demonstrações contábeis “carve-out” da Ferrovia.

h) Fornecedores e empreiteiros

As contas a pagar a fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens que foram adquiridas no curso normal dos negócios. Estas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros. Em 31 de março de 2016 o saldo em aberto com fornecedores e empreiteiros era de R\$364.587 (R\$472.992 em 31 de dezembro de 2015).

i) Salários e encargos sociais

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

j) Provisões

(i) Processos judiciais

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Ferrovia. A provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

(ii) RFFSA

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

k) Classificação dos instrumentos financeiros

A Ferrovia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis – são instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou definidos e que não são cotados em um mercado ativo, são mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado – são registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo.

Mantido até o vencimento – são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Ferrovia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. São mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado.

Disponíveis para vendas – são ativos não derivativos não classificados nas demais categorias. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são mensurados ao valor justo, sendo as variações do valor justo até o momento da realização registrado contabilmente na Demonstração de Resultado Abrangente. Na realização dos ativos financeiros, o valor justo é reclassificado para a Demonstração do Resultado.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não havia instrumentos financeiros classificados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “Mantido até o vencimento” e “Disponíveis para venda”.

l) Receita

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significativos referentes aos serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia uma receita com base em preço de transferência para o minério próprio transportado, conforme critérios estabelecidos no "Termo de Compromisso" e no aditivo datado de 10 de junho de 2008.

m) Tributos corrente e diferido sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado de cada período. A provisão para imposto de renda é calculada com base em alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da entidade. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

n) Impostos incidentes sobre receita de transporte próprio

A partir de 1º de janeiro de 2008, PIS, COFINS e ICMS passaram a ser reconhecidos sobre a receita de transporte próprio, conforme cláusula terceira, letra "f", do primeiro termo aditivo ao "Termo de Compromisso" datado de 10 de junho de 2008.

o) Despesas administrativas do centro corporativo

Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente e comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia.

p) Outras despesas e receitas operacionais

Conforme determinado no "Termo de Compromisso e respectivo termo aditivo", o saldo de outras despesas/receitas operacionais quando identificadas serão alocados diretamente à Ferrovia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão assim apresentadas:

a) Desmobilização de ativos

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.

b) Impairment

A Companhia testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis (quando há evidência de *impairment*) e intangíveis (anualmente) segregados por unidade geradora de caixa, utilizando modelos de fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

c) Processos judiciais

As provisões para processos judiciais são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

4. Intangível

	31 de março de 2016 (não auditado)			31 de dezembro de 2015		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil definida						
Concessões	3.662.145	(1.249.872)	2.412.273	3.536.153	(1.206.475)	2.329.678
Total	3.662.145	(1.249.872)	2.412.273	3.536.153	(1.206.475)	2.329.678

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos intangíveis ocorridas no período:

	Concessões
Saldos em 1º de janeiro de 2015	1.961.257
Adição	29.157
Amortização	(38.295)
Baixas	(37.254)
Saldos em 31 de março de 2015 (não auditado)	1.914.865

	Concessões
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.329.678
Adição	129.895
Amortização	(45.092)
Baixas	(2.208)
Saldos em 31 de março de 2016 (não auditado)	2.412.273

5. Imobilizado

	31 de março de 2016 (não auditado)			31 de dezembro de 2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	2.540.714	(836.321)	1.704.393	1.182.962	(821.327)	930.253
Instalações	607.979	(380.919)	227.060	1.486.501	(499.331)	987.170
Equipamentos	706.633	(364.526)	342.107	470.836	(226.375)	349.545
Outros	752.923	(219.061)	533.862	712.849	(210.516)	530.550
Imobilizado em curso	91.029	-	91.029	234.079	-	234.079
	4.699.278	(1.800.827)	2.898.451	4.087.227	(1.757.549)	3.031.597

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos imobilizados ocorridas no período:

						Saldos em	
	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizações em curso	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	236.515	1.585.077	455.565	325.004	1.006.673	3.608.834	
Adição por aquisição	-	-	-	-	54.414	54.414	
Baixas por alienação	-	-	-	(13)	-	(13)	
Depreciação e amortização	(4.492)	(1.008)	(3.148)	(33.074)	-	(41.722)	
Transferências	277.691	(73.901)	(126.205)	18.724	(96.309)	-	
Saldo em 31 de março de 2015 (não auditado)	509.714	1.510.168	326.212	310.641	964.778	3.621.513	

						Saldos em	
	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizações em curso	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	930.253	987.170	349.545	530.550	234.079	3.031.597	
Adição por aquisição	-	-	-	-	132.666	132.666	
Baixas por alienação/ AJ. Centro de Lucro	-	-	-	(2.212)	(174.209)	(176.421)	
Depreciação e amortização	(4.732)	(742)	(3.394)	(80.523)	-	(89.391)	
Transferências	778.872	(759.368)	(4.044)	86.047	(101.507)	-	
Saldo em 31 de março de 2016 (não auditado)	1.704.393	227.060	342.107	533.862	91.029	2.898.451	

6. Obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição das obrigações sociais e tributárias:

	31 de março de 2016 (não auditado)	31 de dezembro de 2015
Obrigações sociais	32.905	41.614
PIS	41.412	42.810
COFINS	477.683	500.147
ICMS	32.810	43.278
ISS	1.518	1.627
Outras	455.201	366.273
Total	1.041.529	995.749

7. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e outras em andamento, as quais estão sendo discutidas tanto na esfera administrativa quanto na judicial, sendo amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião da diretoria jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

					Saldos em
	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.421	29.106	1.017.641	2.384	1.052.552
Adições	118	1.070	33.375	-	34.563
Reversões	-	(27)	(34.536)	-	(34.563)
Atualizações monetárias	40	1.781	5.604	138	7.563
Saldos em 31 de março de 2015 (não auditado)	3.579	31.930	1.022.084	2.522	1.060.115

	Saldos em				
	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.756	35.314	817.809	2.894	859.773
Adições		609	74.118	-	74.727
Reversões	(153)	(272)	(79.009)	-	(79.434)
Atualizações monetárias	46	2.733	(24.490)	153	(21.558)
Saldos em 31 de março de 2016 (não auditado)	3.649	38.384	788.428	3.047	833.508

Correlacionados às provisões, existem depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são garantias exigidas judicialmente, atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Ferrovia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

Os depósitos judiciais estão assim representados:

	31 de março de 2016 (não auditado)	31 de dezembro de 2015
Processos tributários	20.436	20.076
Processos cíveis	12.639	12.169
Processos trabalhistas	651.904	580.685
Processos Ambientais	4.707	-
Total	689.686	612.929

A Companhia discute nas esferas administrativas e judiciais ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis, e entende que para estas não cabe provisão, visto que existe um forte embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Estes passivos contingentes estão assim representados:

	31 de março de 2016 (não auditado)	31 de dezembro de 2015
Processos tributários	1.388.568	1.329.055
Processos cíveis	217.625	201.246
Processos trabalhistas	1.616.770	1.608.221
Processos ambientais	746	707
Total	3.223.709	3.139.229

8. Provisão para RFFSA

A provisão refere-se a discussões de investimentos realizados pela Ferrovia em discussão com a Rede Ferroviária Federal S.A. ("RFFSA"). A provisão é corrigida mensalmente pela taxa IGPM e durante o exercício findo em 31 de março de 2016 a Ferrovia reconheceu R\$ 2.178.429 (R\$ 2.073.899 em 31 de dezembro de 2015) no passivo e R\$ 104.530 (R\$341.599 em 31 de dezembro de 2015) na demonstração de resultado referente a despesa financeira.

9. Tributos sobre o lucro

a) Os saldos diferidos líquidos apresentam-se como segue:

	31 de março de 2016 (não auditado)	31 de dezembro de 2015
Tributos sobre o Lucro	152.786	357.269
Prejuízo Fiscal	(431.098)	(514.038)
Diferenças temporárias	(8.930)	3.983
Total	(287.242)	(152.786)
Ativo		
Passivo	(287.242)	(152.786)
Total	(287.242)	(152.786)

b) Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária e efetiva nos exercícios apresentados é de 34%.

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro nas demonstrações contábeis intermediárias “carve-out” está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	31 de março de 2016 (não auditado)	31 de março de 2015 (não auditado)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	176.430	280.962
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(59.986)	(95.527)

10. Contribuição de capital

A contribuição de capital é de R\$ 4.511.543 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros e aquisição de ativo imobilizado e intangível.

11. Receita de serviços, líquida

	31 de março de 2016 (não auditado)	31 de março de 2015 (não auditado)
Transporte próprio da Vale	443.673	715.697
Transporte de carga geral e de passageiros	75.171	116.096
Receita acessória de transporte	111.165	70.710
Impostos sobre receitas	(113.668)	(175.166)
Total	516.341	727.337

12. Custos dos produtos vendidos e serviços prestados, despesas com vendas e administrativas e outras despesas (receitas) operacionais, líquidas por natureza

a) Custos de produtos vendidos e serviços prestados

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
	(não auditado)	(não auditado)
Pessoal	(91.889)	(115.705)
Material e serviço	(115.436)	(125.187)
Óleo combustível e gases	(92.892)	(99.535)
Depreciação e exaustão	(89.390)	(81.036)
Outros	(8.445)	(31.508)
Total	(398.052)	(452.971)

b) Despesas com vendas e administrativas

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
	(não auditado)	(não auditado)
Pessoal	(2.043)	(3.417)
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(588)	(1.192)
Propaganda e publicidade	(47)	(167)
Depreciação e amortização	(1.447)	(2.020)
Despesas de viagem	(59)	(121)
Outras	(199)	(358)
Total	(4.383)	(7.275)

c) Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
	(não auditado)	(não auditado)
Provisão para processos judiciais	4.707	(1.161)
Pesquisa e Desenvolvimento	(243)	(1.131)
Venda de Materiais	5.485	3.217
Outras	4.106	21.595
Total	14.055	22.520

13. Resultado financeiro

Os resultados financeiros ocorridos nos períodos, registrados por natureza e competência, são:

Despesas financeiras	31 de março de	31 de março de
	2016	2015
	(não auditado)	(não auditado)
Juros	(27.593)	(25.478)
Atualização monetária de contingências	-	(7.563)
Variações monetárias e cambiais	(74.056)	(65.543)
	(101.649)	(98.584)
Receitas financeiras		
Juros	124.654	66.630
Atualização monetária contingência	21.558	23.305
Variação monetária	3.906	-
	150.118	89.935
Resultado financeiro líquido	48.469	(8.649)

14. Compromissos

A Companhia celebrou com o governo brasileiro por intermédio do ministério dos transportes, contratos de concessão não onerosa para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços. Os registros contábeis das concessões estão classificados como ativo intangível, conforme nota 4. O prazo de concessão da ferrovia termina em Junho de 2027 ou em caso de término do prazo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

15. Partes Relacionadas

No curso normal das operações, a Ferrovia contrai direito e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços de transporte ferroviário.

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas demonstrações contábeis intermediárias “carve-out” podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços, líquida	
	31 de março de	31 de dezembro	31 de março de	31 de dezembro	31 de março de	31 de março de
	2016	de 2015	2016	de 2015	2016	2015
	(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)	(não auditado)
Vale (i)	4.347.425	4.229.394	-	-	349.392	563.511
VLI	337.482	56.862	255.536	17.456	79.259	176.712
Outros	32.418	38.008	-	-	-	-
Total	4.717.325	4.324.264	255.536	17.456	428.651	740.223

(i) Referem-se aos recursos financeiros utilizados pela Ferrovia para financiar suas operações e investimentos. Os montantes representam saldo devedor de caixa e equivalente de caixa, remunerados ao final de cada mês com base nos contratos praticados pela Vale com as suas controladas e coligadas.

* * *

Dioni Barboza Brasil
Gerente de Demonstrações Contábeis
TC-CRC-RJ 083305/O-8